



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS
EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO** situada à Rua Tito, 479 – Vila Romana - São Paulo SP é uma sociedade cooperativa, constituída nos termos da Lei nº 5.764/71, que dá forma jurídica à Sociedade Cooperativa atendida as disposições da Lei nº 4.595/64 de 31/12/64 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, tem por objetivo a educação cooperativista e financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado de crédito, e por todos os meios fomentar a defesa e expansão do cooperativismo de economia e crédito mútuo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 30 de janeiro de 2025.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2024:

Resolução BCB nº 367 de 25 de janeiro de 2024: altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 01 de janeiro de 2022: a



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 01 de Janeiro de 2025, além da sua aprovação e divulgação.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 01 de abril de 2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 01 de Julho de 2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Instrução Normativa BCB nº 343/2023: cria e altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), alterando alguns artigos das Instruções Normativas BCB nºs 268, 270, 271, 273, 275 e 315/2022.

Os saldos contábeis registrados em outras rubricas devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis criadas por esta Instrução Normativa, observados os dispositivos e prazos previstos na regulação vigente. Este normativo entra em vigor em 1º de julho de 2023.

Instrução Normativa BCB nº 378/2023: Altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), alterando alguns artigos das Instruções Normativas BCB nº271/2022.

Os saldos contábeis registrados em outras rubricas devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis criadas por esta Instrução Normativa, observados os dispositivos e prazos previstos na regulação vigente. Este normativo entra em vigor em 1º de junho de 2023.

Instrução Normativa BCB nº 404/2023: Altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), alterando alguns artigos das Instruções Normativas BCB nº268, 270, 271, 273 e 275/2022.

Os saldos contábeis registrados em outras rubricas devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis criadas por esta Instrução Normativa, observados os dispositivos e prazos previstos na regulação vigente. Este normativo entra em vigor em 1º de agosto de 2023.

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Entra em vigor em 01 de janeiro de 2023.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

Resolução BCB 292 de 01 de março de 2023 que altera a Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022, a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Entra em vigor em 01 de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.131 de 25 de abril de 2024 que altera a Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de julho de 2024.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação dos documentos de constituição das cooperativas e normatizações internas, cujo processo de elaboração já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 01 de janeiro de 2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 01 de janeiro de 2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 01 de janeiro de 2025.

Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Instrução Normativa BCB nº 442/2023: Altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), alterando alguns artigos da Instruções Normativas BCB nº268, 270, 271, 273 e 275/2022.

Os saldos contábeis registrados em outras rubricas devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis criadas por esta Instrução Normativa, observados os dispositivos e prazos previstos na regulação vigente. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Resolução BCB nº 390 de 12 de junho de 2024: Altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – Cosif pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução BCB nº 397 de 03 de julho de 2024 que altera a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023, a norma estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2024 para os artigos n.º 24, 100 e 101 e para os demais dispositivos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 438 de 14 de dezembro de 2023: Altera a Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, que altera e consolida os procedimentos para a remessa de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, para fins de divulgação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional (CDSFN), de que trata a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 02 de janeiro de 2024.

A Cooperativa está em fase de implantação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966/2021. Entra em vigor em 01 de janeiro de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e participações em cooperativas, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

Representados substancialmente por quotas no Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB e na Federação Nacional das Cooperativas de Crédito - FNCC.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2024 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Em 2025, houve o evento subsequente em relação aos impactos da Resolução do CMN nº 4.966/2021 em relação a classificação dos riscos das operações de créditos.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	427,94	1.749,22
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.021.741,70	3.084.156,51
TOTAL	3.022.169,64	3.085.905,73

5. Disponibilidades

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Banco Bradesco – c/c 93.207-8	427,94	1.749,22
TOTAL	427,94	1.749,22

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Fundo de Renda Fixa (a)	3.021.741,70	-	3.084.156,51	-



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

Participações de Cooperativa (b)	16.177,17	-	14.572,29	-
Total	3.037.918,87	-	3.098.728,80	-

- (a) As contas de fundo de renda fixa referem – se, substancialmente a aplicações mantidas junta as seguintes Instituições Financeiras:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bradesco Max Renda Fixa DI	632.757,70	567.548,50
Itaú Trust Referenciado DI	418.085,82	378.279,52
Bradesco Plus Renda Fixa DI	465.232,58	794.620,36
Itaú Active FIC 5 Crédito Privado	379.116,33	338.530,37
Itaú Diferenciado IQ Crédito Privado	499.722,27	446.094,97
Itaú HIGH Grade RF Crédito Privado	624.607,53	559.082,79
Itaú - Aplicação Automática	2.219,47	-
TOTAL	3.021.741,70	3.084.156,51

- (b) Representado por Cotas mantidas junto a Instituição Bancoob R\$ 1.198,00 e Federação Nacional das Cooperativas de Crédito – FNCC acrescido de juros ao capital R\$ 14.979,17, registrado neste grupo de conta em atendimento ao disposto da Instrução Normativa do Banco Central do Brasil – IN BCB nº 268/2022.

7. Operações de Crédito

Descrição	31/12/2024			31/12/2023
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	1.230.533,17	1.628.653,20	2.859.186,37	2.906.532,03
TOTAL	1.230.533,17	1.628.653,20	2.859.186,37	2.906.532,03

- a) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	74.254,33	2,60%	42.467,37	1,46%
10 Maiores Devedores	408.471,83	14,29%	290.500,03	9,99%
50 Maiores Devedores	1.151.738,70	40,28%	972.323,35	33,45%

- b) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do Período	30.964,27	29.018,86
Recuperação/Recebimento no Exercício	(2.227,36)	(1.186,29)
Baixa de Valores Incobráveis	-	(2.055,00)
Outras Movimentações	943,52	-
Transparência para Prejuízo	27.254,47	5.186,70
TOTAL	56.934,90	30.964,27

- c) As taxas de juros adotadas são compatíveis com o praticado no mercado financeiro e estão descritas na política de empréstimo.

Modalidade	Tipo de Juros	Taxas
Crédito Normal (36 parcelas)	SAC	2,25% a.m. + TR
Crédito Taxa Especial (12 parcelas)	SAC	1,70% a.m. + TR



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

Crédito Taxa Especial (24 parcelas)	SAC	2,00% a.m. + TR
Crédito Saúde (30 parcelas)	SAC	1,25% a.m. + TR
Crédito IPVA (05 parcelas)	SAC	1,70% a.m. + TR
Crédito Antecipação 13º salário (parcela única)	SAC	2,25% a.m. + TR

8. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	31/12/2024			31/12/2023
	Circulante	Não Circulante	Total	
Prov. para Operações de Crédito	44.567,40	47.679,10	92.246,50	73.804,90
TOTAL	44.567,40	47.679,10	92.246,50	73.804,90

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2024	Provisões em 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões em 31/12/2023
A	0,5%	Normal	2.452.690,38	(12.263,48)	2.447.463,26	(12.237,49)
B	1%	Normal	63.378,43	(633,78)	77.162,65	(771,63)
C	3%	Normal	158.671,10	(4.760,13)	210.274,44	(6.308,23)
D	10%	Normal	60.265,96	(6.026,60)	78.094,41	(7.809,44)
D	10%	Vencidas	4.981,51	(498,15)	-	-
E	30%	Normal	53.344,75	(16.003,43)	35.581,00	(10.674,30)
E	30%	Vencidas	4.245,83	(1.273,75)	15.865,48	(4.759,64)
F	50%	Normal	7.193,89	(3.596,95)	1.724,74	(862,37)
F	50%	Vencidas	-	-	14.021,39	(7.010,70)
G	70%	Normal	24.080,94	(16.856,66)	9.911,85	(6.938,30)
H	100%	Normal	12.309,51	(12.309,51)	11.868,98	(11.868,98)
H	100%	Vencidas	18.024,07	(18.024,07)	4.563,83	(4.563,83)
Total Normal			2.831.934,96	(72.450,53)	2.872.081,33	(57.470,73)
Total Vencidas			27.251,41	(19.795,97)	34.450,70	(16.334,17)
Total Geral			2.859.186,37	(92.246,50)	2.906.532,03	(73.804,90)
Provisões			(92.246,50)		(73.804,90)	
Total Líquido			2.766.939,87		2.832.727,13	

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do Período	73.804,90	65.315,35
Constituições/Reversões no Período	45.696,07	13.676,25
Transparência para Prejuízo	(27.254,47)	(5.186,70)
TOTAL	92.246,50	73.804,90

9. Outros Créditos



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores diversos – país (a)	3.114,82	-	8.558,32	-
TOTAL	3.114,82	-	8.558,32	-

(a) Tratam – se dos valores a receber relativos a repasse de folha da empresa empregadora.

10. Imobilizado de Uso

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023		31/12/2024	
		Aquisição	Baixa	Aquisição	Baixa
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	1.072,00	-	1.072,00	-
Computadores e Periféricos	20%	15.630,29	(1.472,81)	21.555,48	-
Equipamentos de Comunicação	10%	2.110,00	-	2.110,00	-
Total do Imobilizado de Uso		18.812,29	(1.472,81)	24.737,48	-
(-) Total Depreciação Acumulada		(17.973,41)	(322,86)	1.472,81	(16.823,46)
TOTAL		838,88	7.075,14	-	7.914,02

11. Intangível

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2023		31/12/2024	
		Aquisição	Baixa	Aquisição	Baixa
Software	20%	5.150,92	-	5.150,92	-
Total do Intangível		5.150,92	-	5.150,92	-
(-) Total Amortização Acumulada		(5.150,92)	-	(5.150,92)	-
TOTAL		-	-	-	-

12. Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IOF a Recolher (a)	650,79	-	1.972,85	-
TOTAL	650,79	-	1.972,85	-

(a) Refere – se a apuração do IOF do terceiro decêndio do mês de dezembro de 2024 e ser recolhido em janeiro de 2025.

13. Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contr. s/ Serviços de Terceiros (a)	690,31	-	416,50	-
Impostos e Contr. s/ Salários (b)	11.236,06	-	19.248,26	-
Outros (c)	14.163,45	-	3.519,75	-
TOTAL	26.089,82	-	23.184,51	-

(a) Desconto de Imposto de Renda e PIS/COFINS/CSLL (Lei 10.833) sobre pagamentos efetuados para prestadores de serviços pessoas jurídicas, a serem pagas em janeiro de 2025;



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

(b) Referem – se a impostos e encargos sobre a folha de pagamento a serem pagos em janeiro de 2025;

(c) Refere – se a IRRF sobre Juros ao Capital a serem pagos em janeiro de 2025.

14. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	61.950,50	-	42.500,53	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	12.912,70	-	18.146,15	-
TOTAL	74.863,20	-	60.646,68	-

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído por 5% resultado das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Instrução Normativa do Banco Central do Brasil nº 187/2021, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971;

(b) Refere – se as cotas de capital de ex – associados até dezembro de 2024.

15. Diversas

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	26.339,61	-	18.995,42	-
Outras Despesas Administrativas (b)	11.718,98	-	4.070,14	-
TOTAL	38.058,59	-	23.065,56	-

(a) Refere – se aos valores de provisões trabalhistas de férias e encargos;

(b) Referem – se os seguintes valores a pagar de Seguros R\$ 79,80; Serviços Contábeis R\$ 7.898,00 e Mensalidade da Federação R\$ 3.741,18.

16. Provisões para Contingências

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Contingências (a)	-	391.059,04	-	405.731,63
TOTAL	-	391.059,04	-	405.731,63

(a) Referem – se a provisão de impostos de IRPJ, CSLL, COFINS e PIS sobre Atos não Cooperativo, acrescidas das atualizações monetárias.

17. Capital Social

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social (a)	4.819.944,40	5.061.567,47



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

Associados	574	627
------------	-----	-----

- (a) O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

18. Reserva de Sobras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal (a)	369.232,02	352.655,31
Total	369.232,02	352.655,31

- (a) Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Sendo destinado R\$ 11.343,26 (1.620,98 em 2023).

19. Sobras Acumuladas

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
(=) Sobras Brutas do Exercício	611.087,05	389.258,09
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(497.654,50)	(373.048,28)
(=) Resultado do Ato Cooperativo	113.432,55	16.209,81
(-) Destinação à Reserva Legal - 10% conforme Estatuto	(11.343,26)	(1.620,98)
(-) Destinação ao FATES - 5% conforme Estatuto	(5.671,63)	(810,49)
(=) Sobras Líquidas à Disposição da Assembleia Geral	96.417,66	13.778,34

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Instrução Normativa do Banco Central do Brasil nº 187/2021, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

20. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2024**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 497.654,50 (373.048,28 em 2023), limitado a taxa da variação da SELIC.

21. Contingências Passivas

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial.

A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2024.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

22. Receitas de Operações Financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Empréstimos	848.505,62	915.184,33
Recuperação de Créditos Baixados	2.227,36	1.186,29
Total	850.732,98	916.370,62

23. Resultado de Operações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Aplicações em Fundos	303.984,03	328.601,95
Total	303.984,03	328.601,95

24. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reversão de Operações de Créditos	9.036,71	10.105,46
Provisão de Operações de Créditos	(54.732,78)	(23.781,71)
Total	(45.696,07)	(13.676,25)

25. Despesas Pessoal

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Pessoal – Benefícios	70.934,12	73.740,97
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	49.149,55	87.089,87
Despesas de Pessoal – Proventos	144.748,86	222.148,92
Total	264.832,53	382.979,76

26. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Aluguéis	35.526,36	34.463,05
Despesas de Comunicações	1.625,11	1.353,63
Despesas de Material	248,36	803,96
Despesas de Processamento de Dados	62.505,89	62.319,47
Despesas de Propaganda e Publicidade	680,00	776,00
Despesas de Publicação	2.850,00	-
Despesas de Serviços do Sistema	12.673,31	11.091,78
Despesas de Serviços de Terceiros	-	212,70
Despesas de Serviços Técnicos	79.670,26	121.589,81
Despesas de Transportes	185,58	1.914,30
Despesas de Viagem no País	5.850,23	2.461,64
Outras Despesas Administrativas	50.836,29	48.246,78
Despesas de Depreciações	322,86	937,18
Total	252.974,25	286.170,30

27. Despesas Tributárias



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Tributos Municipais	3.984,77	3.808,76
Tributos Estaduais	275,45	533,78
PIS sobre Folha de Pagamentos	1.432,73	2.003,56
Total	5.692,95	6.346,10

28. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Outras Despesas	108.143,35	-
Outras Receitas Operacionais	342,02	-
Total	108.485,37	-

29. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos – Bancoob	378,09	386,03
Descontos Concedidos	1.130,85	-
Outras Despesas Operacionais	675,83	-
Total	2.184,77	386,03

30. Provisões/Reversões para Contingências

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesa de Provisões para Contingências	83.092,16	163.936,88
Total	83.092,16	163.936,88

31. Prejuízos em Transações com Valores e Bens

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Perdas do Período	-	4.424,14
Total	-	4.424,14

32. Ganhos de Capital

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos – Bancoob	-	386,03
Juros ao Capital – FNCC	1.604,88	1.432,92
Total	1.604,88	1.818,95

33. Perdas de Capital

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Perda de Capital	3,66	-
Total	3,66	-

34. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são os Diretores, Conselheiros e Pessoas Chaves da Administração que são pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador executivo ou outro dessa entidade).

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são a consignação em folha e o capital do associado.

a) Montante das Operações de Crédito – Saldo Devedor em 31/12/2024 e 31/12/2023

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal	30.075,61	43.207,70
Pessoas Chaves da Administração gerente, assessores)	21.977,11	-
Familiares	-	-

b) Montante das Operações de Crédito – Provisões para Risco em 31/12/2024 e 31/12/2023

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal	150,38	216,04
Pessoas Chaves da Administração gerente, assessores)	109,89	-
Familiares	-	-

c) Saldo de Cotas de Capital em 31/12/2024 e 31/12/2023

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal	53.867,77	44.106,13
Pessoas Chaves da Administração gerente, assessores)	6.526,89	1.028,19
Familiares	-	-

A Diretoria e Conselho Fiscal da Cooperativa não são remuneradas para desempenhar suas atividades junto à Instituição. Cabe destacar que a Cooperativa efetua transações com as Empresas do Grupo relativo aos repasses de capital, empréstimos e liquidação de ex-associados e convênios, com descontos na folha de pagamento dos funcionários sem que as partes tenham vantagem financeiras.

35. Plano para a Implementação da Regulamentação Contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Foi publicado no Diário Oficial da União – DOU de 29/11/2021, Seção 1, p. 393-400 a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil tem sua vigência prevista para 01/01/2025. De acordo com a nova redação dada ao art. 76 pela Resolução CMN nº 5.019/2022, as instituições devem elaborar e manter à disposição



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução.

O referido plano foi implementado pela diretoria em 24 de junho de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

- 1- **Avaliação (Exercício 2022):** Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis;
- 2- **Pré-Projeto (Exercício 2023):** Essa fase abrange as atividades e especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho estratégico de transição, novos processos e políticas;
- 3- **Desenvolvimento (Exercícios 2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos, elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis;
- 4- **Testes e Homologações (Exercício 2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- 5- **Atividades de transição (Exercício 2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, estudo paralelo do sistema operacional prontos e de novos processos;
- 6- **Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da norma.

36. Evento subsequente relativo aos impactos da implantação da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A Cooperativa classifica os ativos financeiros na categoria custo amortizado adotando o modelo de negócio com o objetivo de gerar resultado do fluxo de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios e pelo fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

De acordo com o cronograma de implantação das classificações de risco estipulados pela Resolução do CMN nº 4.966/2021, foram observados os níveis de provisão estabelecidos por esta Resolução para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo da responsabilidade da instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização.

Conforme disposto do artigo 78º da Resolução CMN nº 4.966/2021, em 01 de janeiro de 2025 vigora as novas regras do risco das operações de créditos, sendo observado os níveis de provisão estabelecidos por esta Resolução para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização dos ativos.

A perda esperada avaliada, considerando os parâmetros definidos no artigo 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021 é no montante de R\$ 35.087,54. Em relação as provisões já constituídas até 31/12/2024 haverá uma diminuição no impacto de R\$ 57.158,96 que será registrado em contrapartida à rubrica de sobras do exercício em 01 de janeiro de 2025.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
ACIONÁRIOS DAS EMPRESAS MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

C.N.P.J. N.º 01.504.952/0001-05

As taxas de juros efetivas estão sendo reconhecidas pela apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro proporcional às receitas contratuais. Os custos de transação e os valores já recebidos relativos as operações contratadas até 31/12/2024 já foram apropriados ao resultado e não serão incorporados aos ativos e passivos financeiros.

A Cooperativa reconhece os ativos problemáticos pelo cadastro dos associados ativos, pelas operações de créditos superiores a 90 dias em atraso e operações remanescentes com associados desligados, no qual reconhecerá as receitas provenientes dos ativos problemáticos (stop accrual) no efetivo recebimento. Para os ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31/12/2024, mas que não atendiam a condição de ativos problemáticos naquela data, as rendas serão incorporadas em 01/01/2025 na conta de lucros e prejuízos acumulados. A instituição não possui ativos ou passivos fiscais diferidos que possam ter impacto relevante com a adoção da nova norma.

37. Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos

Em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.606/2017 alterado pela Resolução do CMN nº 5.049/2022, a Cooperativa instituiu a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos capacitada para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional, o risco socioambiental, o risco de crédito e os demais riscos relevantes ao qual a Instituição esteja exposta, incluindo o monitoramento dos níveis de capital e liquidez.

A Estrutura é formada pelo diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, a equipe técnica por ele designada para seu assessoramento e pelas políticas e manuais inerentes a área.

São Paulo – SP, 31 de dezembro de 2024.

Felipe Dante Nize Taveiros Costa

Diretor Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske

Contadora
CRC 1 ES 010037/O-4 *S-SP